

PORTARIA Nº 2608/2010-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 835/07-MP/PGJ, de 19 de março de 2007, R E S O L V E :

ALTERAR o período das férias da servidora MARIA DO SOCORRO DA SERRA CARDOSO, Auxiliar de Serviços Gerais, estabelecidas pela PORTARIA Nº 2356/2010-MP/SGJ-TA, de 3/9/2010, em 28/9 a 7/10/2010, para gozo no período de 4 a 13/10/2010.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 29 de setembro de 2010.

ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

Subprocurador-Geral de Justiça

área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2609/2010-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 835/07-MP/PGJ, de 19 de março de 2007, R E S O L V E :

DESIGNAR a servidora ANDRÉA RIBEIRO MOTA, Auxiliar de Administração, para exercer a função gratificada de Secretária da Subprocuradoria-Geral de Justiça para a área técnico administrativa MP.FG-3, durante a licença-prêmio da titular, GIOYA KARINA CATETE BRASIL, no período de 27/9 a 25/12/2010.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 29 de setembro de 2010.

ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

Subprocurador-Geral de Justiça

área técnico-administrativa

CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 163559
CONTRATO: 101/2010

Objeto: Serviço de reforma no prédio da Promotoria de Justiça de Tucuruí.

Valor Total: 14.675,51

Data Assinatura: 24/09/2010

Vigência: 27/09/2010 a 03/10/2010

Dispensa: 29/2010

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso	Origem do Recurso
03122123745070000 449039 0312000000	Estadual

Contratado: L P ENGENHARIA LTDA

Endereço: Avenida Duque de Caxias, 744

CEP. 66093-400 - Belém/PAComplemento: Edifício A.S. Paiva, sala 308-A

Ordenador: ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 163553
INTIMAÇÃO

JULGAMENTO DE PROCESSOS

De acordo com o disposto no art. 61, § 1º do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, comunico às partes, seus advogados e demais interessados que, na sessão extraordinária do dia 7/10/2010 (quinta-feira), a partir das 14 horas, no Plenário OCTÁVIO PROENÇA DE MORAES, localizado no 4º andar do Edifício-Sede deste Ministério Público do Estado do Pará, à Rua João Diogo, nº 100, nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, serão julgados os processos:

1) **Processo nº 001/2007-CPJ (Protocolo nº 29463/2006, de 13/12/2006).**

Interessado: Promotor de Justiça Waldir Macieira da Costa Filho.

Relator: Procurador de Justiça Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves.

2) **Processo nº 008/2009-CPJ (Protocolo nº 12662/2007, de 11/5/2007).**

Recorrente: servidor João Batista Silva Vasconcelos.

Advogado: Carlos Alberto Silva Vasconcelos (OAB/PA 5021) e Álvaro José Picanço Coelho (OAB/PA 5544)

Recorrido: Procurador-Geral de Justiça.

Relatora: Procuradora de Justiça Edna Guilhermina Santos dos Santos.

3) **Processo nº 007/2010-CPJ (Protocolo nº 9215/2010, de 17/3/2010).**

Recorrente: Promotor de Justiça Isaias Medeiros de Oliveira.

Recorrido: Procurador-Geral de Justiça.

Relatora: Procuradora de Justiça Dulcelinda Lobato Pantoja.

ente: servidor João Batista Silva Vasconcelos.

Ficam as partes, seus advogados e demais interessados intimados a comparecer à sessão de julgamento.

Belém (PA), 1 de outubro de 2010.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador de Justiça

Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

DIÁRIA**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 163570****PORTARIA: 3961/2010-PG**

Objetivo: PROCEDER DILIGÊNCIAS.

Fundamento Legal: ART. 117 DA L.C.E. Nº 057/2006.

Origem: MARABÁ/PA - BRASIL

Destino(s):

CANAÃ DOS CARAJÁS/PA - Brasil<br

Servidor(es):

9991539/CELSIMAR CUSTÓDIO SILVA (PROMOTOR DE JUSTIÇA) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 22/09/2010 a 22/09/2010<br

Ordenador: GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

DIÁRIA**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 163500****PORTARIA: 3956/2010-PG**

Objetivo: MINISTRAR O TREINAMENTO "CONHECER PARA MELHOR UTILIZAR O SIAMP", PROMOVIDO PELO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL - CEAF".

Fundamento Legal: ART. 117 DA L.C.E. Nº 057/2006.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

ABAETETUBA/PA - Brasil<br

Servidor(es):

999159/ROSILENE DE FÁTIMA LOURINHO DOS SANTOS (PROMOTORA DE JUSTIÇA) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 23/09/2010 a 23/09/2010<br

Ordenador: GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

DISPENSA DE LICITAÇÃO**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 163521****ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 160880****DISPENSA: 29/2010**

Data: 23/09/2010

Valor: 14.675,51

Objeto: Prestação de serviços complementares à finalização da obra de reforma no prédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Tucuruí.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

Data de Ratificação: 23/09/2010

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso	Origem do Recurso
03122123745070000 449039 0312000000	Estadual

Contratado(s):

Nome: L P ENGENHARIA LTDA - EPP

Endereço: Av Dq de Caxias, Bairro: Marco, 744

CEP. 66093-026 - Belém/PA

Telefone: 9132265316

Ordenador: ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

PORTARIA Nº 008/2010-MP/PJA**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 163380**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, através da Promotora de Justiça que esta subscreve, titular da PJ de Acará, no uso de suas atribuições legais e constitucionais.

Considerando que recebeu através do ofício nº 153/2010, oriundo do Conselho Tutelar deste Município, de que a Sra. I. T. S. colocou as mãos do filho J. T. S. em água quente, provocando queimaduras, e o outro filho Jorge, ao ver tais agressões fugiu de casa, sendo encontrado posteriormente na casa de um conhecido. Relata ainda que a mãe destas crianças é pessoa muito má, de conhecimento dos vizinhos, que maltrata os filhos com agressões físicas, esquentando galhos de árvore e dando surra nos filhos, que provoca queimaduras.

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando ainda, o previsto no art. 129, inciso III da CF/88, os arts. 8º e 9º da Lei 7347/85, resolvo instaurar o presente **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**

PRELIMINAR, nos termos do art. 2º, inciso III, § 4º, da resolução nº 004/2007, para a apuração dos fatos, pelo que determino:

1ª) Autuem-se o referido expediente, capeando com esta portaria, que deverá ser registrado em livro próprio;

2ª) Expeça-se ofício à Procuradoria-Geral de Justiça.

3ª) Expeça-se ofício à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

4ª) Registre-se que funcionará no presente feito, como secretária, a Sra. Daniele Barbosa de Oliveira, auxiliar administrativo do Ministério Público do Estado do Pará, lotada na Promotoria de Justiça de Acará, e que deverá prestar o compromisso, nos termos do art. 8º da Instrução nº 04/91-PGJ;

5ª) Afixe-se cópia desta Portaria no local de praxe desta Promotoria de Justiça para publicidade e conhecimento dos interessados para, caso queiram, apresentem documentos, razões escritas ou subsídios para melhor elucidação do fato investigado (art. 11 da Instrução nº 04/91-PGJ);

6ª) Expeça-se ao Conselho Tutelar de Acará, requerendo estudo e emissão de relatório do caso, que deve ser juntado a estes autos;

7ª) Expeça-se ofício à Secretaria de Assistência Social, requisitando estudo social e envio de relatório do caso a esta Promotoria de Justiça, que deve ser juntado a estes autos.

8ª) Expeça-se ofício à DEPOL, para instauração de IPL a fim de apurar os fatos narrados, e envio deste procedimento no prazo legal a esta Promotoria de Justiça, que deve ser juntado a estes autos.

9ª) Com as respostas das requisições acima, retomem os autos, a esta Presidência para ulteriores deliberações.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Acará, 28 de julho de 2010.

ANA CAROLINA VILHENA GONÇALVES

Promotora de Justiça Titular da PJ de Acará

PORTARIA Nº LI/2010-MP/1ªPJ/DC/PP**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 163389**

O 1º Promotor de Justiça titular da Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público, da Capital, no desempenho de suas atribuições legais;

Considerando o contido nos autos de Expediente nº 268/2010 MP/PJ/DC/PP, com relação aos Contratos Temporários nºs 177 a 193/2008 celebrados pela Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA;

Considerando que tais Contratos Temporários serviriam para atender as funções de Digitador, Assistente Social, Pedagoga, Recepcionista e Estatístico e, por estarem em desacordo com o art. 37, IX da CRFB, bem como ao art. 3º, III, "b" da Instrução Normativa nº 05/03-TCM/PA;

Considerando o previsto no art. 129, III da Constituição Federal, no que couber, nos arts. 8º e 9º da Lei nº 7.347/85; no art. 25, IV, "a", "b" e 26, I e V da Lei nº 8.625/93; no art. 54, I, "a", "b", "c" e "d" da Lei Complementar nº 057 de 6 de Julho de 2006, bem como a resolução nº 003/2000, do Colégio de Procuradores de Justiça e demais legislações especiais de qualquer forma aplicáveis;

RESOLVE instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, com a **conversão** do EXPEDIENTE nº 268/2010 MP/PJ/DC/PP, com o objetivo de apurar possíveis violações a artigos da lei nº 8429/92, promovendo a coleta de outras informações para a posterior instauração de Ação Civil Pública, Ação de Responsabilidade por Improbidade Administrativa ou arquivamento das peças de informação, nos termos da lei; Comunique-se aos Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça e a Exma. Dra. Corregedora-Geral de Justiça, e ao Centro de Apoio Operacionais acerca da instauração deste Inquérito Civil Público, para os efeitos estatísticos e outros fins adequados;

1) Considerando a existência do servidor público Jean Matias Aviz Alvarez, auxiliar de Administração em exercício junto a esta Promotoria, nomeio por medida de estilo, para servir como secretário deste feito;

2) Registre-se em livro próprio desta Promotoria de Justiça;

3) Retornem os autos oportunamente a esta presidência, para ulteriores deliberações.

REGISTRADA E PUBLICADA, CUMPRE-SE.

Belém(PA), 13 de Setembro de 2010

MARIA DAS GRAÇAS CORRÊA CUNHA

1ª Promotora de Justiça de Direitos Constitucionais e do Patrimônio Público